

## CONTRATO

### CPV 01/2023 – AQUISIÇÃO DE VIATURA ELÉTRICA COM TRANSFORMAÇÃO PARA SAD

ENTRE:

**PRIMEIRO OUTORGANTE: CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE DARQUE**, pessoa coletiva n.º 502 549 343, com sede na Rua das Dálías, 4935-132 Viana do Castelo, neste ato representado por Padre Dr. Xavier Amado Fernandes Moreira, titular do Cartão de Cidadão n.º [redacted] válido até 07.02.2019, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para o ato, aqui designado por Primeiro Outorgante.

E

**SEGUNDO OUTORGANTE: AUTO RENO MINHO - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LDA. M.**, pessoa coletiva n.º 509 515 665, com sede na Rua Abílio Peixoto n.º 596, Zona Industrial do Neiva, 1ª Fase, 4935-231 Neiva, neste ato representado por Fernando Henrique Pires Sanches Fernandes Ferreira, com o n.º de identificação fiscal [redacted] e Olimpia da Piedade Pires Sanches Fernandes Ferreira com o n.º de identificação fiscal [redacted], na qualidade de gerentes e representantes legais da entidade, com poderes para o ato, de acordo com certidão permanente com o código [redacted], válida até 26/10/2023, no presente contrato identificado como Segundo Outorgante.

#### Considerando que:

- a) Face ao procedimento pré-contratual de Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado em reunião de Direção de 19 de janeiro de 2023, aberto ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, , aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, com as alterações da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, da Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e do Decreto-Lei nº 78/2022, de 07 de novembro, por decisão da Direção do Primeiro Outorgante foi adjudicado ao Segundo Outorgante, o presente contrato que tem como objeto a “Aquisição de Viatura Elétrica com Transformação para SAD”.
- b) A proposta entregue pelo Segundo Outorgante no dia 07 de fevereiro de 2023, às 22h21m, bem como o Caderno de Encargos e o Convite que serviram de base àquele procedimento, passam a fazer parte integrante do presente contrato.
- c) A adjudicação e a aprovação da minuta do contrato foram efetuadas pelo Primeiro Outorgante em 01 de março de 2023.
- d) Não foi exigida prestação de caução.
- e) Os documentos de habilitação foram entregues em 16 de março de 2023.
- f) O Gestor do Contrato, designado por deliberação da Direção é [redacted] com o endereço de correio eletrónico, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. O endereço de contacto é [redacted]
- g) O Segundo Outorgante fica subordinado às exigências de interesse público da aquisição de bens, objeto do contrato.

**Neste sentido, é celebrado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes, que os outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto do contrato**

1. Pelo presente é outorgado o contrato para a aquisição de Viatura Elétrica com Transformação para SAD.
2. O contrato envolve a aquisição de bens, nos termos do disposto no convite, caderno de encargos e proposta apresentada pelo Segundo Outorgante.
3. A aquisição de bens, objeto do contrato serão realizados de harmonia com o estabelecido no caderno de encargos, nos termos e condições constantes da proposta do Segundo Outorgante.
4. Consideram-se incluídos no objeto do contrato todos os serviços, preparatórios ou complementares à aquisição de bens.
5. A natureza, espécie, quantidade e valor contratual encontram-se definidos nos documentos que, nos termos da cláusula segunda do presente documento, fazem parte integrante do contrato.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Âmbito do contrato**

1. Fazem parte integrante do contrato, para além do presente título contratual, os documentos seguintes, que se dão aqui por integralmente reproduzidos:
  - a) A proposta de orçamento do Segundo Outorgante, enviada através de correio eletrónico;
  - b) O Caderno de Encargos;
  - c) O Convite.
2. As regras de interpretação dos documentos que integram o âmbito do contrato estão definidas no Caderno de Encargos.
3. As alterações ao objeto do presente contrato serão, sob pena de nulidade, lavradas em documento escrito assinado pelo Primeiro Outorgante e pelo Segundo Outorgante, só então, passarão a integrar o âmbito do contrato.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 90.º e aceites pelo Segundo Outorgante nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Preço contratual**

Pela aquisição da viatura objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente contrato e do Caderno de Encargos, o Primeiro Outorgante paga ao Segundo Outorgante o valor contratual global de **29.938,87€ (vinte e nove mil, novecentos e trinta e oito euros e oitenta e sete cêntimos)**, ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Condições de Pagamento**

Os pagamentos respeitantes ao presente contrato serão satisfeitos de acordo com as condições de pagamento estabelecidas no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de vigência**

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data de celebração do contrato escrito.
2. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato terminará a sua vigência quando for atingido o primeiro dos seguintes limites:
  - a) Prazo de execução máximo de **90 (noventa) dias**;
  - b) Entrega da viatura;
  - c) O valor do preço contratual máximo.
3. Durante o período de vigência do contrato, o Segundo Outorgante não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com o Primeiro Outorgante.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, findo o prazo referido no nº 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no âmbito do presente contrato, o mesmo extingue-se sem que assista ao Segundo Outorgante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas..

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades Contratuais**

As penalidades contratuais respeitantes ao presente contrato serão satisfeitas de acordo com penalidades contratuais estabelecidas no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do Segundo Outorgante**

O Segundo Outorgante compromete-se, no âmbito do presente contrato e tendo em conta o fim a que se destina e sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a cumprir com as obrigações estipuladas em Caderno de Encargos.

## **Cláusula 9.ª**

### **Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

1. O Segundo Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Primeiro Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Segundo Outorgante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
3. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
4. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
5. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste contrato.
6. Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
7. As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
8. O Segundo Outorgante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Primeiro Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
9. Os dados pessoais a que o Segundo Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Outorgante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Primeiro Outorgante.
10. O Segundo Outorgante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Outorgante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Primeiro Outorgante.
11. As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.

12. O Segundo Outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que o Primeiro Outorgante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
13. O Segundo Outorgante obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
- a) Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Primeiro Outorgante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Primeiro Outorgante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta do Primeiro Outorgante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f) Prestar ao Primeiro Outorgante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Primeiro Outorgante informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
14. O Segundo Outorgante obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Segundo Outorgante celebre com outras entidades por si subcontratadas.
15. O Segundo Outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que o Primeiro Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
16. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Segundo Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores,

independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Segundo Outorgante e o referido colaborador.

17. No caso em que o Segundo Outorgante seja autorizado pelo Primeiro Outorgante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo Segundo Outorgante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Caderno de Encargos e do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Resolução**

O contrato pode ser resolvido, por ambas as partes, nos casos previstos no Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal da área de jurisdição do Primeiro Outorgante, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Comunicações entre as partes**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das respetivas entidades identificadas no cabeçalho do presente contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto presentes no contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Regime**

Em tudo o que não esteja expressamente mencionado neste contrato, aplicam-se as disposições da proposta apresentada, bem como o previsto na legislação aplicável, designadamente no Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Regime Jurídico**

Na execução do contrato observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, com as alterações da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, da Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e do Decreto-Lei nº 78/2022, de 07 de novembro.

### **Cláusula 17.ª**

#### **Disposições Finais**

1. Pelos representantes dos outorgantes, nas qualidades invocadas, foi dito que os seus representados aceitam e se obrigam ao integral cumprimento do presente contrato, com todas as suas cláusulas e obrigações, decorrentes das condições da proposta apresentadas pelo Segundo Outorgante, e do respetivo Caderno de Encargos apresentado pelo Primeiro Outorgante.
2. Declaram ainda os representantes dos outorgantes que têm pleno conhecimento do conteúdo dos documentos que fazem parte integrante do processo a que diz respeito este contrato.
3. Fica o presente contrato escrito em 7 páginas que estão devidamente numeradas e para que produza os devidos efeitos legais vai ser assinado digitalmente através da assinatura eletrónica qualificada dos representantes das partes.

Assinado por: **XAVIER AMADO FERNANDES MOREIRA**  
Num. de Identificação:  
Data: 2023.03.24 16:27:47+00'00'

**Primeiro Outorgante**



**CARTÃO DE CIDADÃO**

(Foi assinado por: XAVIER AMADO FERNANDES MOREIRA)

Assinado por: **Fernando Henrique Pires Sanches Fernandes**  
**Fernandes**  
Num. de Identificação: 1  
Data: 2023.03.23 17:01:09+00'00'

**Segundo Outorgante**

(Fernando Henrique Pires Sanches Fernandes Ferreira)

#### **Segundo Outorgante**

Assinado por: **Olimpia da Piedade Pires Sanches Fernandes Ferreira**  
Num. de Identificação:  
Data: 2023.03.23 17:02:38+00'00'

(Olimpia da Piedade Pires Sanches Fernandes Ferreira)